

## **NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR (NAJUP) – MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Ana Karolina Fontes; Bernardo Marques Azevedo de Souza Pinto; Bianca Davi Pereira de Almeida; Israel Barbosa dos Santos; Rafaella Santos Costa; Rayanne Mayara Gomes de Moraes; Saulo Araújo Silva. Liana Cristina da Costa Cirne Lins (Orientadora)**

O Najup Movimentos Sociais é um grupo de extensão vinculado ao curso de Direito cuja atuação parte das premissas de empoderamento dos sujeitos e participação coletiva. Compreendemos que as noções de cidadania, política, justiça e democracia somente podem ser construídas coletivamente e, para tanto, é necessário que os setores populares e sistematicamente excluídos participem, contribuam e construam conceitos, políticas públicas e as decisões que lhes tocam diretamente. Os movimentos sociais, nesse sentido, são fundamentais para viabilizar, mobilizar e organizar a participação política coletiva e popular, sendo um elemento indispensável à história política brasileira e meio vital à educação popular da sociedade, da qual o âmbito jurídico não pode se afastar. Nesse âmbito, o Najup, entendendo que a Academia só pode atuar se for junto ao povo, colabora com diversos movimentos sociais para construção de diversas campanhas nacionais, regionais e municipais. Dentre elas citamos a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida”, construída pelo MST, Fiocruz, Centro Sabiá e diversas outras entidades. Discutem-se os malefícios à saúde pública provocados pelo uso de agrotóxicos e pelo agronegócio, a ausência de uma legislação regulamentadora, os efeitos sentidos pelos trabalhadores rurais. Foram realizados diversos eventos, como aulas públicas, lançamento de filmes e dossiê e reuniões quinzenais. Temos, também, colaborado para as campanhas “Não à Redução da Maioridade Penal” e “Pelo Fim do Extermínio e Criminalização da Juventude Negra”, a primeira organizada nacionalmente e a segunda pela RENAJU – Rede Nacional de Assessorias Populares – da qual o Najup faz parte. Ambas as campanhas foram criadas com o objetivo de discutir, em diversos ambientes, acadêmicos ou não, os problemas decorrentes da redução da maioridade penal, dentre os quais o extermínio e encarceramento da juventude negra, a lotação dos presídios e o uso exacerbado do Direito Penal. Construímos, ainda, no CCJ, diversos eventos nos quais tentamos integrar a prática ao ambiente jurídico: convidamos sindicalistas e militantes para discutir questões relativas à criminalização, racismo institucional, extermínio policial, reforma agrária e agronegócio, na compreensão de que os movimentos são vitais à educação popular e coletiva, necessária à diminuição das desigualdades no Brasil.

**Palavras-chave:** assessoria jurídica popular; movimentos sociais; educação popular